



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040600440	Distribuição: 24/03/2020
Número Único: 0014510-47.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: MICHEL GONÇALVES SANTOS

Endereço: TRAVESSA G

Complemento:

Bairro: LAMARÃO

Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49088393

Requerente: Advogado(a): EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR 11154/SE

Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Endereço: Rua Senador Dantas

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

24/03/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600440, referente ao protocolo nº 20200324111601096, do dia 24/03/2020, às 11h16min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE

MICHEL GONÇALVES SANTOS, brasileiro, solteiro, pintor, portador do RG nº 3.342.707-0, inscrito no CPF nº 031.241.395-50, residente e domiciliado na Travessa G, 50, Bairro Lamarão, Aracaju/SE, CEP 49088-393, por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, labora como pintor, é pessoa humilde, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça.

II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 13 de Maio de 2019, conforme consta no registro de ocorrência policial, sofreu acidente de trânsito quando pilotava sua motocicleta saindo da casa de um colega na Avenida Marcos Freire II e acabou caindo, no acidente bateu a cabeça perdendo a consciência e só acordando um dia após no Hospital De Urgência de Sergipe (HUSE), onde foi atendido e submetido a cirurgia. Do evento resultou lesões no demandante consideravelmente graves que necessitam de perícia médica para análise da gravidade, tendo a principal sido a perda de um rim .

Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, tudo em virtude da gravidade dos ferimentos.

Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório



(DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido cadastrado conforme o **protocolo de entrega de documentos em anexo**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada pela seguradora que **seu pedido de indenização foi pago em valor menor a qual realmente teria direito em razão da gravidade da sua seqüela**, sendo então necessário a realização de perícia para tal constatação.

A Lei 11.945/2009, que prevê pagamento de 100% do valor indenizável quando há lesões que comprometam a função vital de órgãos.

Frise-se que quando ocorre a retirada total de um órgão em virtude de um acidente de trânsito, há significativa redução do patrimônio físico da vítima, pouco importando se o outro rim suprirá ou não a função do outro retirado”.

Dessa forma, o Requerente sofreu invalidez permanente, tendo que receber indenização integral, conforme previsto legalmente, no valor máximo de R\$ 13,5 mil.

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que foram consideráveis as perdas funcionais e dificuldades físicas remanescentes, porém, a parte ré nega, sumariamente, a análise dos mesmos, adotando entendimento diverso do claramente previsto na legislação que trata do tema.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).



A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar, Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).



APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

3.2 DA POSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO CASO DE PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO



A negativa de pagamento por parte da ré, não encontra nenhum amparo legal, é aplicada em desacordo com a legislação que trata do assunto, bem como, vai de encontro a entendimento já sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ainda, contraria farta jurisprudência que trata do tema.

Cite-se os dispositivos da lei 6.194/74 e que claramente dão amparo à pretensão autoral:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (grifei).

Ainda, cite-se SUMULA 257 DO STJ:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Ademais, cite-se entendimento do R. Tribunal de Justiça deste Estado:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO QUE NÃO IMPORTA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DA COBERTURA. SÚMULA N. 257 DO STJ. NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E DESPESAS COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA COM PREVISÃO NA SÚMULA N. 14 DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE, NA HIPÓTESE, EQUIVALE À DATA DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740095, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luis Antonio Behrens Dorf Gomes da Silva, Julgado em 19/09/2018).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece que é devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas. Comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos médicos efetuados em quantia superior, deve ser determinado o ressarcimento. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70078649712, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO SINISTRO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Correção monetária. Incidência



desde a data do sinistro. Súmula n. 580 do STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078447521, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SÚMULA 257 DO STJ. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DESCABIDA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. A matéria trazida em grau recursal diz respeito tão somente a alegação de inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. O egrégio STJ, já consolidou o entendimento através da Súmula 257 do egrégio STJ, de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Sentença mantida com a condenação da seguradora ao pagamento de indenização. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70078371598, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018). (grifei).

Ante todo o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, independentemente do momento em que o prêmio do seguro foi quitado.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

4.2. Seja recebida a presente, cadastrada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.2.1. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à autora a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:



4.4.1. Que se declare devido à parte autora o pagamento da indenização do seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após **realização de perícia médica.**

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT - INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após realização de perícia técnica.

4.4.3. Condenar a demandada ao pagamento do reembolso de despesas médicas e hospitalares no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), conforme nota fiscal em anexo.

4.4.4. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

Termos em que,
pede deferimento.

Aracaju/SE 06 de Março de 2020

Ednaldo Bezerra da Silva Júnior
OAB/SE 11.154



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

OUTORGANTE: MICHEL GONÇALVES SANTOS, brasileiro, solteiro, pintor, portador do RG nº 3.342.707-0, inscrito no CPF nº 031.241.395-50, residente e domiciliado na Travessa, 50, Bairro Japãozinho, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49160-000. Constituo e nomeio-os bastantes procuradores:

OUTORGADA: EDNALDO BEZERRA DA SILVA JÚNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SE 11.154 e **JOÃO MARCELO DE CAMPOS LIMA ROBERTINA**, brasileiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/PI 13.646, com endereço profissional na Av Augusto Maynard, 554, Sala 101; Pavimento 02, São Jose, Aracaju, SE, CEP 49015380.

OBJETO: representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, incluindo **AÇÕES INDENIZATÓRIAS**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, bem como em **SEGURADORAS**, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga os advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do artigo 105 da Lei nº: 13.105/2015.

Aracaju/SE, 06 de Março de 2020.

(OUTORGANTE)

TRAV G. 50 - LAMARAO
ARACAJU/SE CEP: 49000000 (AG: 1)

energisa

Ligação MONOFÁSICO
Cis/Soc RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro 5 - 1 - 380 - 5110 Referência: Nov / 2019
Medidor: C5004752568 Emissão: 08/11/2019

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju/SE - CEP: 49040-170
CNPJ 13.017.462/0001-63 Ins. Est. 270.757.471
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 016.435.412
Cod. para Deb. Automático: 00008161812

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2019	08/11/2019	10/12/2019	116.346.425-20

UC (Unidade Consumidora): **3/816181-2**

Canal de contato

Conheça a Gisa, nossa atendente virtual do WhatsApp?
Ela pode te ajudar com informações sobre débitos,
enviar a segunda via da conta de energia
e até fazer pedido de religação.
Salve nosso número e nos chame sempre que precisar.
79 98101-0715

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
10/10/19	3742	08/11/19	3820	1	98	29

Demonstrativo							
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc	Alug	ICMS (R\$)	Base Calc F. (R\$)
				Valor Base Calc	Alug	ICMS (R\$)	Base Calc F. (R\$)
				Valor Base Calc	Alug	ICMS (R\$)	Base Calc F. (R\$)
0801	Consumo em kWh	98,000	0,763460	67,18	25	16,78	87,12
0801	Adic B Amarela	1,31	1,31	25	0,39	1,31	0,01
0801	Adic B Vermelha	1,45	1,45	25	0,38	1,45	0,01
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0804	JUROS DE MORA 09/2019	0,54	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 09/2019	1,25	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do item TOTAL 71,73 89,34 17,48 89,34 0,88 3,15
Tarifa s/ Tributos: 0,590720

Média últimos meses (kWh) **49**

VENCIMENTO 18/11/2019

TOTAL A PAGAR R\$ 71,73

Histórico de Consumo (kWh)

0	8	0	1	0	0	0	89	77	73	76	79
Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Maio/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Sep/19	Out/19

RESERVADO AO FISCO

9924.76c8.d880.426b.c56b.92d8.07d1.9fac.

Indicadores de Qualidade 9/2019-URUBU				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	4,71	0,00	NOMINAL 127	Serviços de Dist. de Energia	16,35	23,50
DIC TRIMESTRAL	9,43			Compra de Energia	28,76	37,91
DIC ANUAL	16,66			Serviço de Transmissão	1,64	2,29
DIC MENSAL	2,17		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117 LIMITE SUPERIOR 133	Encargos Setoriais	3,37	4,70
DIC TRIMESTRAL	6,35	0,00		Impostos Diretos e Encargos	23,10	32,25
DIC ANUAL	12,70			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	2,80	0,00		Total	71,73	100,00
DICRI	12,22			Valor do EUSD (Ref 9/2019) R\$ 22,21		

ATENÇÃO

- REATIVO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) ao lado relacionada(s) não seja(m) paga(m) em tempo, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 23/11/2019. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso a mesma não seja comunicada ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem.

- Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de não pagamento.

- Problemas na iluminação Pública ligue para 0800 642 4343

- Leitura confirmada

Faturas em atraso

Out/19 65,05

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03149.039004 03569.769171 7 80770000007173

PAGADOR: CICERA RAIMUNDA ROCHA SANTOS - CPF/CNPJ: 116.346.425-20
TRAV G. 50 - LAMARAO - ARACAJU/SE CEP: 49000000

Nosso Nr	Nr Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31490390003569769	C00816181201911	18/11/2019	R\$ 71,73	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-150

Agência / Código do beneficiário: 3064-3/178003-4





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
5ª DELEGACIA METROPOLITANA - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 066319/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 25/06/2019 10:00 Data/Hora Fim: 25/06/2019 10:13
Delegado de Polícia: Marcelo Pais Dos Santos

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Núcleo de Mediação - 5ª Dm
Data/Hora do Fato: 13/05/2019 05:17

Local do Fato

Município: Nossa Senhora do Socorro (SE)

Bairro: Conjunto Marcos

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MICHEL GONÇALVES SANTOS (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Aracaju

Sexo: Masculino

Nasc: 04/08/1987

Profissão: Pintor

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Vera Lucia Gonçalves Santos

Nome do Pai: Manoel Vieira Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 031.241.395-50

RG - Carteira de Identidade: 33427070

Endereço

Município: Nossa Senhora do Socorro - SE

Logradouro: TRAVESSA G

Bairro: JAPAOZINHO

Telefone: (79) 8836-9324 (Celular)

Nº: 50

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

CPF/CNPJ do Proprietário 044.005.495-85

Renavam 00216746949

Número do Chassi 9C2NC4310AR082419

Cor PRETA

Município Veículo Aracaju

Modelo HONDA/CB 300R

Quantidade 1 Unidade

Última Atualização Denatran 26/09/2018

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

Placa IAL2993

Número do Motor NC43E1A082419

Ano/Modelo Fabricação 2010/2010

UF Veículo Sergipe

Marca/Modelo HONDA/CB 300R

Veículo Adulterado? Não

Situação Meio Empregado

Situação do Veículo NADA CONSTA

Nome Envolvido

Michel Gonçalves Santos

Envolvimentos

Possuidor



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
5ª DELEGACIA METROPOLITANA - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 066319/2019

RELATO/HISTÓRICO

RELATA QUE SAIU DA CASA DE UM COLEGA E ESTAVA INDO PARA CASA; QUE ESTAVA PILOTANDO UMA MOTOCICLETA EM UMA AVENIDA DO CONJUNTO MARCOS FREIRE II E ACABOU CAINDO; QUE NA QUEDA BATEU A CABEÇA E NÃO LEMBRA MAIS DE NADA; QUE SÓ ACORDOU NO OUTRO DIA NO HOSPITAL JOÃO ALVES FILHO ONDE FOI ATENDIDO; QUE PRECISOU SER SUBMETIDO A UMA CIRURGIA; QUE PEDE O REGISTRO DA PRESENTE OCORRÊNCIA.

ASSINATURAS

Camile Santana Ferreira Rocha
Responsável pelo Atendimento

Michel Gonçalves Santos
(Comunicante)

*Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que da origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.

TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia de tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, e seu dever protegê-la e Guardá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECIONADA COM RECURSOS DO
FAB - FUND. DE AMPARO AO TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO TRABALHO

E EMPREGO

SECRETARIA DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DE Nº

138.48903.27-9

4969073

002-0

SE

M. Cel. Lucinda





RELATÓRIO MÉDICO



NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA:

DATA DA SAÍDA:

Michel Gonçalves Santos
13/05/2019
17/05/2019

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente admitido vítima de queda de moto alcoolizada. Queixa-se de cefaleia, dor torácica, dor abdominal. Apresenta ferimento em face, escoriações em M.I.I. Realizada sutura de ferimento em região frontal. ATE de crânio não mostra alterações neurológicas. O FAST foi positivo. Foi submetido à laparotomia exploradora com resecção G. Casos de fístula e fístula alta hospitalar.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Laparotomia exploradora + resecção G.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx Tórax / Pelve

USG FAST

TC Crânio / cervical / Torácica

MÉDICOS ASSISTENTES:

D. André Luiz Barros

D. Jéssica Almeida

D. Sérgio Quiróz

D. Tiago de Jesus Almeida

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

Adm. Luiza Pinheiro Barreto
Cirurgia Geral - Especialista em UTI
CRM 719 - CPF: 136479585-53

RACAJU, 10 de junho de 2019

André Luiz Barros P. B. S.
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

use / R x / PV. Kouro / AV. Buro /
Ent. / OBS 8Tf 18H

MS/DATASUS HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO
No. DO BE: 1908619 DATA: 13/05/2019 HORA: 05:17 USUARIO: MEOSILVA
CNS: SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : MICHEL GONCALVES SANTOS DOC...: 33427070
IDADE.....: 31 ANOS NASC: 04/08/1987 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: RUA H NUMERO: 37
COMPLEMENTO...: BAIRRO: JAPAOZINHO
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP...: 49000-000
NOME PAI/MAE...: MANUEL VIEIRA SANTOS /VERA LUCIA GONCALVES SANTOS
RESPONSAVEL...: SAMU TEL...: 79-9842-00
PROCEDENCIA...: JAPAOZINHO 14
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Paciente afirma de queda de moto, colisão moto x poste 3/5/19 Capacit
SAMU relata que ele queixou de cervicalgia. Paciente alcoolize
A via aérea pervia, queixa de cervicalgia. 5 Set. 96% ider a palpacao torax
palp2 captações 6 Abdomen: Refere dor a palpacao Pelve esta vel
14. 5 FCC em face, escoriações em MM II.
SINTOMAS DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

cd 1 Avaliação NRC.

2 Avaliação EBMF

3 Rx de torax + Rx de pelve

4 USG FAST.

5 Cetoprofeno 400mg + SF 0.9% 100ml

Pietro Zorzo

DATA DA SAIDA: CREMESE 5258

HORA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO

[] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA

13 ML 51 ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL:

ASSINATURA E CARIMBO

REALIZADO EM 13/05/2019
AS 11:05 HORAS

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

7:35h - PO respondeu ao chamado.

André Luiz S. Barreto

Cirurgião Buco Maxilo Facial
CRO-SE 1177

15h - Paciente vítima de acidente de moto e/ou veículo, apresentando ao exame físico FCC em região frontal, sem sinal clínico de fratura de osso facial. Realizado exame de frimento, sob anestesia local. Liberação pela boca.

André Luiz S. Barreto

Cirurgião Buco Maxilo Facial
CRO-SE 1177

13/05/19 - (NOR)

→ Ac Molo x poste segundo relato
pet não recorda ocorrido.
→ Ingesta etílica
sf capiente

EN: Ao 3 RV 4 RM 6
Pug 150 / foto
sf deficit
sf emicálgia.

Dr. Bruno W. M. Guedes
Neurocirurgia
CRM-SE 5843

(cd) re de cianis

→ sf alterações neurocúrgicas
(+trau / hematoma / HIC)

- Traumatismo 100% + SF 0,9% 100% EV oblobr
- Diplopia 18 20 02 08 EV oblobr
- Reavaliação 18 24 06 12 oblobr
do 18h.

Dr. Bruno W. M. Guedes
Neurocirurgia
CRM-SE 5843

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 188772
Numero do CNS.....: 0000000000000000 700104920532915
Nome.....: MICHEL GONCALVES SANTOS
Documento.....: 33427070 Tipo :
Data de Nascimento: 4/08/1987 Idade: 31 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: MANUEL VIEIRA SANTOS
Nome da Mae.....: VERA LUCIA GONCALVES SANTOS
Endereco.....: RUA H 37
Bairro.....: JAPAOZINHO Cep.: 49000-000
Telefone.....: 79-9842-0014
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Fluxo de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1908619
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Leito.....: 999.0782
Data da Internacao: 13/05/2019
Hora da Internacao: 22:12
Medico Solicitante: 133.445.015-34 - SERGIO DE QUEIROZ DA CRUZ
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: BMGSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Letro:

Enviado AIH - Data: 13/05/2019
ao Faturamento em 14/05/2019

LEITO	PACIENTE	CIRURGIA GERAL	IDADE	31
C 1.4	MICHEL GONÇALVES DOS SANTOS		SEXO	
DATA	16/05/19 2º DPOI: LE + NEFRECTOMIA A ESQUERDA POR TRAUMA CONTUSO		REG	188772
ITEM	PRESCRIÇÃO		HORÁRIO	OBSERVAÇÕES
1	DIETA BRANDA			
2	SF 0,9% 2000 ML EV PARA 24h	500 500 500 500		
3	SGF 1:1 500ML EV 12/12h	500 500		
4	RANITIDINA 50MG + AD 18 ML EV 8/8h	18 24 06		
5	DIPIRONA 2 ML + AD 18 ML EV 6/6h	18 18 24 06		
6	TRAMAL 100 MG + SF 0,9% 100 ML EV 6/6h S.O.S	SOS		
7	ONDANSETRONA 8 MG + SF 0,9% 100 ML EV 6/6H S.O.S	SOS		
8	PLASIL 1 AMP + AD 18 ML EV 8/8h	08 18 24 06		
9	CURATIVO DIÁRIO 1X/DIA	1X		
10	CUIDADOS GERAIS E DADOS VITAIS 6/6h	18 24 06		
11	RETIRAR SVD	Retirado		
12	ESTIMULO A DEAMBULAÇÃO PRECOCE			
13	SOLICITO HMG DE URGÊNCIA			
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21	17/05/19			
22				
23	Alto hospitalar			
24				
25				
26				
27				
28				
29				

*Dr. Anderson Silva Pinheiro
Médico
CRM-SE 1447
COP-SE 11908*

*Luciane E. dos Santos
Enfermeira
RCH-SE 3725*

*Dr. Anderson Silva Pinheiro
Médico
CRM-SE 1447
COP-SE 11908*

Nome do Paciente: Michel C. Gonçalves Santos

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
13/05	18:20h	Neurocirurgia Paciente em observação por ter sido vítima de acidente de moto e ter chegado com cefaleia e vertigem. Fiz TC de crânio e cervical que foram normais. Escudo de coluna torácica não mostrou lesões. Persiste com dor em coluna torácica. Cd: Solicito TC de coluna torácica.
13/05/19	21:30h	NDR. TC de cd. cervical: normal. QRS: Contusões e edema na região da base da NDR. REAVLIAÇÃO DA CIRURGIA CERAL. <i>off pass</i>
13/05/19	22h	Cor. Geral Paciente queixa-se de dor abdominal. (A) Vias aéreas patentes. Sem dor artral. (B) Pulso: forte - x de tórax normais. (C) Hipocôndrio: Pulso filiforme. FC: 110bpm. (D) Sinais: 55. (E) Abdomen doloroso e umaco de eret. perat. TC de abdome e bexiga bipe e volume hematomas na topografia renal esquerda. DO: Hemorragias intra-abdominais. Cond.: solicitada hemotransfusão. Sobito sob no C.C.


Dr. Carlos Eduardo F. Oliveira
Neurocirurgia
CRM 2019

Tiago de Jesus Menezes
Neurocirurgião Intervencionista
Neurocirurgia
CRM 3540

Dr. João S. S. Filho
CRM 1205
11/2019

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página nº 2

DATA	HORA	HISTÓRICO
14/05/19	12:00	Paciente admitido no Blo C, procedente da SRPA em PO de IE + refractária por trauma, comunitária, orientado supnulo em uso de ACP + SVP + ACP. Segue sob cuidados da equipe enf. a Flávia Paula 224 625.
16/05/19		<p>Psicologia</p> <p>Paciente tranquilo, lúcido, orientado, apresentando humor estável.</p> <p>O mesmo relato sobre o acidente que causou a hospitalização, afirmando que não se lembra do ocorrido.</p> <p>Acompanhado de esposa, que oferece bom suporte afetivo. Boa adaptação ao tratamento e à hospitalização.</p> <p>Realizado contato ativo e admissivo. Sem demanda para a psicologia.</p> <p> Simone Torres dos Santos Psicóloga CRP 19/000553</p>

EVOLUÇÃO MÉDICA

Nome do Paciente: MICHEL GONÇALVES DOS SANTOS, 31 ANOS

Nº Prontuário

Sexo: MASC

DATA	HORA	EVOLUÇÃO MÉDICA
15/05/19		# CIRURGIA GERAL#
		LISTA DE PROBLEMAS: - 1º DPO DE LE + NEFRECTOMIA A ESQUERDA POR TRAUMA CONTUSO
		EVOLUÇÃO: PACIENTE NO LEITO, SEM QUEIXAS, NEGA DOR ABDOMINAL. DIURESE EM SACO CO COM HEMATÚRIA. ACEITOU DIETA LÍQUIDA SEM INTERCORRENCIAS
		EXAME FÍSICO: BOM ESTADO GERAL, REATIVO, HIPOCORADO +2/+4, ANICTERICO, ACIANOTICO, EUPNEICO, AFEBRIL ACV: B1 E B2 NORMOFONÉTICAS EM 2 TEMPOS SEM SOPROS, AR: MV+ EM AHT COM RONCOS ABDOMEN: DEPRESSIVEL, DOLOROSO A PALPAÇÃO PROFUNDA, RHA PRESENTES, FC
		CONDUTA: - EVOLUO DIETA
16/05/19		# 2º DPO de LE + nefrectomia a esquerda por TA Paciente no leito acordado, em ventilação espontânea, confortável, estável hemodinamicamente, urina em saco coletor com volume 400 ml amarelo, paleco, concentrado. Paciente relata 2 episódios de êmese não prazerosos. Ao exame: FO de bom aspecto, dor a palpação profunda, DB- CD: Solicito HMG de urgência

Dr. Eduardo Silva Farias
Médico
CRM-SE 11992

17/05/19

Paciente sem queixas, sem intercorrências
nos últimos 24h. Aceita a dieta.
FO de excelente aspecto. Checo laboratoriais

CD: ① Alto risco total

Dr. Eduardo Silva Fr.
Médico
CRM-MG 1617
CRM-BA 11196

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Fundação
Hospitalar
de Saúde

Nome do Paciente:	Michel Goncalves de Sato	Idade:	31	Sexo:	M
Unidade de Produção:	E.C.	Leito:	06	Nº do Prontuário:	18877

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
14/05	24:30	Paciente admitido na SRPA, e PDI de 2o E + Nefrectomia (E), em uso de medicação por AI, SVK com diurese presente, no momento, sem intercorrência. Tc. Feijumede euren-SF 650 828
	02h	Paciente segue na SRPA, no mo- mento com alteração da cul- do da equipe. Tc. Feijumede
14/05/19	04h	Despachado 30ml de diurese de agosto, tem tensão, realizado Tala de colita, pela enfermei- reira para melhor avaliação. Tc. Feijumede
	06h	Depois de SVK: PA = 121 x 83, R = 11, FC = 11, SPO2 = 97%, administrado medicação de febre, segue com observação da equipe de enfermagem. Tc. Feijumede 653 3423
14/05/19	07:00	Recebe plantão paciente no leito de observação com ente dependendo dos chamados, verificando SVK: FC = 110 / PA = 131 x 82 SPO2 97%, foi despachado 100ml de urina de 07h30 R = 12, realizado pombo no leito. Tc. Feijumede
	08:00	ad. medicação de barbitúrico contínuo em observação. Tc. Feijumede
	10:00	paciente recebeu dieta líquida. Tc. Feijumede
	11:35	ad. medicação de barbitúrico paciente bem sem queixas: FC = 98 PA = 132 x 82 SPO2: 98 R = 12. Tc. Feijumede
14/05/19	14:00	se encaminhado para sala C-1 - 04 Tc. Feijumede Paciente segue no leito, consciente orientado, em uso de ACP, jugular + MSD, segue calmo, sem alterações. Administrado betaxolol + bromel. Cpq. Tc. Feijumede

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
14/05	18:00	Administ. medicação de horário, oral Loperam + Dipirona 2/300mg. Prescrita 19h Paciente no leito, calmo, supino, apêndicite aguda, orientado, em uso de MSD com constipação + SVO com duração + Acesso em jugular D, segue em companhia de familiar para cuidados de enfermagem toda medicação de horário durante período sem queixas mantém quadro clínico
15/05	06h	Administrada as medicações de horário Paciente está em estado de um delirium dissociado, re, valores comuns, orientado, diálise exerente, consciência limitada e graves ou anormalidades em uso de norotergus + (Pne) SVO, realizado exame em uso de permissão para em dias novos Paciente não se movimenta no leito re, calmo, com estado orientado e graves ou anormalidades em uso de permissão para em dias novos
15/05	14h	Paciente no leito, consciente e orientado, reorientado, supino e ocasionais, em uso de Acesso em jugular D, em uso de SVO + celulas de urina is- tema fechada, em uso de soa, tempo em AP em MSD, admini- strado a medicação de horá- rio prescrita. Te de 2 fls.
	16h	Administrada medicação de horário prescrita. Te de 2 fls.



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação
Hospitalar
de Saúde

Sexo:

Nº do Prontuário:

p. 27

DATA

HORA

(150)

EVOLUÇÃO

+ 1

(150)

6/5/19 13h Paciente em sala de familiar

15h Abm medicação e pm

18h Abm medicação e pm

19h Paciente no leito, quieto, lucido, eupórico, verbaliza
bem, curativo de hemóclito bem em
ambos os membros de familiar, sem queixas

20h Paciente sem queixas

21h Paciente mantendo o quadro

23h Paciente mantendo o quadro

06:00 Administração medicamentosa de

17/05/19 Paciente no leito calmo,
orientado, verbalizando, eup-
órico, afil, auscultação em uso de
A v p com monitorização, diurese e
dejeções presentes

08: Administração medicamentosa de náuseas
Plasil 1 amp v

10:00 Paciente tomar banho não foi
realizado curativo, ficou para a
tarde, enfim, está ciente

12:00 Administração medicamentosa de
náuseas de 1 amp v + paciente
sem queixas no momento, segue
os cuidados da enfermagem

14:00 Paciente sai de sala de
familiar acompanhado por familiar

Adelá Silva Santos
Téc. de Enfermagem
COREN-SE 155063

Adelá Silva Santos
Téc. de Enfermagem
COREN-SE 155063

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: MICHEL GONÇALVES DOS SANTOS FAE: 188772

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: TAC POR ACIDENTE DE MOTOCICLETA

CIRURGIA REALIZADA: LAPAROTOMIA EXPLORADORA + NEFRECTOMIA A ESQUERDA

CIRURGIÃO: DR. SERGIO QUEIROZ

AUXILIARES: MR1 EDUARDO FARIAS + MR2 JESSICA MACEDO

ANESTESIA: GERAL ANESTESISTA: DR. LUCAS

DIAGNÓSTICO PÓS- OPERATÓRIO: O MESMO

(X) CIRURGIA LIMPA

() CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

() CIRURGIA CONTAMINADA

() CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM (X) NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI

() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA GERAL + SONDAÇÃO VESICAL

ANTISSEPSE E ASSEPSIA

INCISÃO XIFO PÚBICA E ABERTURA POR PLANOS

INVENTÁRIO: GRANDE QUANTIDADE DE SANGUE EM CAVIDADE, PRESENÇA DE GRAND HEMATOMA RETROPERITONEAL A ESQUERDA. AUSÊNCIA DE LESÕES EM VISCERAS OC/ AUSÊNCIA DE LESÕES ESPLÊNICA NEM HEPÁTICA

REALIZADA ABERTURA DO RETROPERITÔNIO A ESQUERDA E FASCIA DE GEROTA COM PRESENÇA DE RIM FRATURADO COM AVULSÃO DO HILO RENAL (GRAU V). REALIZADA NEFRECTOMIA A ESQUERDA COM LIGADURA DUPLA DO HILO RENAL COM ALGODÃO 0

LAVAGEM DA CAVIDADE COM SF 0,9% AQUECIDO. REVISÃO METICULOSA DA CAVIDADE ABDOMINAL

CONTAGEM DE COMPRESSAS (OK), REVISÃO DA HEMOSTASIA(OK);

FECHAMENTO DA APONEUROSE COM VYCRIL 0 E FECHAMENTO DA PELE COM NYLON 4-0

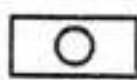
CURATIVO ABDOMINAL E ENVIO DE PEÇA PARA ANATOMOPATOLÓGICO

DATA:14/05/2019



Dr. Eduardo Silva Farias
Médico
CRM-SP 5447
OAB-SP 31095

Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

NOME <u>Michel Gonçalves Santos</u>				PRONTUÁRIO <u>188773</u>			
RECEBIDO NA S.O. POR <u>Enf + enfermeiros</u>				DATA <u>13/05/19</u>		SALA <u>04</u>	
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA		ACORDADO	<input checked="" type="checkbox"/>	SONOLENTO	<input type="checkbox"/>	AGITADO	<input type="checkbox"/>
CIRCULANTE		<u>Obstruída</u>		PROCEDÊNCIA			
ENTRADA S.O.		<u>22h</u>	h	INÍCIO DA ANESTESIA		h	INÍCIO DA CIRURGIA
SAÍDA DA S.O.			h	FIM DA ANESTESIA		h	FIM DA CIRURGIA
CIRURGIÃO <u>Dr. Sérgio Queiroz</u>				1º AUXILIAR			
ANESTESISTA <u>Dr. Lucas</u>				2º AUXILIAR			
INSTRUMENTADOR				LATERALIDADE		() DIREITA () ESQUERDA () NA	
CIRURGIA PROPOSTA <u>LE + nefrectomia</u>							
CIRURGIA REALIZADA <u>A proposta</u>							
TÉCNICA ANESTÉSICA							
GERAL VENOSA		GERAL INALATÓRIA		GERAL COMBINADA		<input checked="" type="checkbox"/> GERAL BALANCEADA	
PERIDURAL C/ CATETER		PERIDURAL S/ CATETER		SEDAÇÃO		BLOQUEIO DO PLEXO	
<input checked="" type="checkbox"/> TUBO ENDOTRAQUEAL		<input checked="" type="checkbox"/> ORAL () NASAL		Nº: <u>8.0</u>		TUBO ARAMADO Nº: <u></u>	
						MÁSCARA LARÍNGEA	
ASSEPSIA							
<input checked="" type="checkbox"/> PVPI TÓPICO		<input checked="" type="checkbox"/> PVPI ALCOÓLICO		<input checked="" type="checkbox"/> PVPI DERMEGMANTE		CLOREXID. ALCOÓLICO	
						CLOREXID. DERMEGMANTE	
						CLOREXID. AQUOSA	
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS							
BOMBA DE INFUSÃO		DEFIBRILADOR		MONITOR CEREBRAL (BIS)		INTENSIFICADOR DE IMAGEM	
						<input checked="" type="checkbox"/> MANTA TÉRMICA	
FIBROSCÓPIO		<input checked="" type="checkbox"/> MONITOR CARDÍACO		<input checked="" type="checkbox"/> PA (NÃO INVASIVA)		PA (INVASIVA)	
						<input checked="" type="checkbox"/> OXÍMETRO	
						<input checked="" type="checkbox"/> CAPNÓGRAFO	
<input checked="" type="checkbox"/> FOCO AUXILIAR		FONTE DE LUZ		VIDEOLAPAROSCÓPIO		BRONCOSCÓPIO	
						OUTROS	
COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS							
CABEÇA		MSD	MSE	MIE	MID		
BISTURI ELÉTRICO							
BIPOLAR				<input checked="" type="checkbox"/> MONOPOLAR			
PLACA BISTURI							
							
LOCAL							
• ELETRODOS							
† INCISÃO CIRÚRGICA							
<input checked="" type="checkbox"/> AVP		D		<input checked="" type="checkbox"/> E			
<input checked="" type="checkbox"/> AVC		<input checked="" type="checkbox"/>					
GASOMETRIA: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO ()							
COMPRESSAS GRANDES							
ENTREGUE				DEVOLVIDA			
COMPRESSAS PEQUENAS							
ENTREGUE				DEVOLVIDA			
POSICÃO DO PACIENTE							
<input checked="" type="checkbox"/> DORSAL		VENTRAL		LAT. ESQ		LAT. DIR	
				CANIVETE		TRENDELEMBURG	
						LITOTOMIA	

SONDAS - DRENOS - CÂNULAS										
SNG	Nº:	SNE	Nº:	FOGARTY	Nº:	TRAQUEÓSTOMO	Nº:	GUEDEL	Nº:	
DRENOS		SUCÇÃO	Nº			TÓRAX	Nº	PENROSE	Nº	
		ABDOMINAL	Nº			PIZZER	Nº	KHER	Nº	
		BLAKE	Nº			OUTROS				
PASSAGEM DA SONDA FOLLEY			<input checked="" type="checkbox"/> SEM RESTRIÇÃO			COM RESTRIÇÃO		VIAS		Nº:
FOLLEY	Nº: 12	FOLLEY SILICONE	Nº	SONDA NELATON (URETRAL)				Nº: 01		
PASSADA POR	m. Jéssica					ANATOMO PATOLÓGICO		Nº PEÇAS		
SINAIS VITAIS										
FC (BPM)	76 bpm		108 bpm							
SpO2 (%)	100 Sat		100 Sat							
EPCO2 (mmHg)										
PA (mmHg)	90 x 40 mmHg		100 x 60 mmHg							
PAI (mmHg)										
FR (RPM)										
TEMP (°C)										
ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM										
HORA	REGISTRO								ASSINATURA	
22h	Admitido em 50 de mlca, Cardíaco, Pulmão, Coluna, e para o cirúrgico. Inicialmente monitorizada com intercorrência. SVD com presença de hematuria.									
23:55	Realizado exame realizado com intercorrência. Administração O2 C+ P/O2 Lucas.									
24:00	Termino da procedimento.									
24:15	Termino da monitoria.									
24:22	(Termino) dias encaminhado para Ref. SB-PA, U.E. Pronto, aparelho monitoria em uso até chegada ao MSU e PVE em local D, eufonia e insucesso sedação e SVD. Retirado do prontuário completo.									
ENCAMINADO PARA:										

RELATÓRIO MÉDICO

NOME: Michel Gonçalves dos Santos	IDADE: 31 Ano(s) 9 Mês(es)	Nº EXAME: 021290-19
MÉDICO: Dr. (a) Eduardo Silva Farias	SEXO: M R.G:	DATA ENTRADA: 14/05/2019
PROCEDÊNCIA: HUSE - CENTRO CIRÚRGICO	CIDADE:	DATA SAÍDA: 21/05/2019

CONVÊNIO: HUSE

MATERIAL: 1: Rim E + 2: Tecido adiposo perirrenal + 3: Ureter

RESUMO CLÍNICO: - Trauma abdominal contuso por moto x poste.
 - Abdome hemorrágico.

PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO

MACROSCOPIA:

Produto de ressecção de rim previamente identificado como esquerdo e segmentado pesando, em conjunto, 218g e medindo 12,0 x 7,4 x 7,0 cm. A superfície externa é lobulada, pardo-vinhosa e encapsulada, com aderências adiposas e material hemático aderido em regiões de laceração capsular. Observa-se, apenas, segmento de ureter medindo 2,5 cm de comprimento e 0,9 cm de diâmetro máximo. Os vasos do hilo são identificados e exibem aspecto habitual. Aos cortes, notam-se hilo e parênquima hemorrágicos; além de cavidade cística medindo 1,0 cm de diâmetro, contendo líquido claro e material acastanhado. O tecido adiposo perirrenal mede 3,0 x 1,8 x 0,7 cm, é constituído por tecido amarelado e elástico; e, aos cortes, exibe tecido amarelado e brilhante.

O material foi assim representado: A) Lacerações (IP/02F/01B); B) Parênquima hemorrágico (IP/02F/01B); C) Cavidade cística (IP/01F/01B); D) Hilo (IP/01F/01B); E) Ureter (IP/03F/01B); F) Vasos do hilo (IP/02F/01B); G) Tecido adiposo (IP/02F/01B).

MICROSCOPIA:

Descrição associada à Conclusão.

CONCLUSÃO:

PRODUTO DE NEFRECTOMIA ESQUERDA:

- RIM COM ÁREA DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE, COMPROMETENDO PARÊNQUIMA E HILO RENAL, COM DEPOSIÇÃO DE MATERIAL FIBRINO-HEMÁTICO PERMEADO POR NEUTRÓFILOS.
- PARÊNQUIMA RENAL ADJACENTE COM ÁREAS DE HEMORRAGIA RECENTE E COM CISTO SIMPLES.
- TECIDO ADIPOSO ADJACENTE COM HEMORRAGIA RECENTE COM DEPOSIÇÃO DE MATERIAL FIBRINO-NEUTRÓFILO.
- URETER COM HEMORRAGIA RECENTE NA PAREDE.
- AUSÊNCIA DE MALIGNIDADES NESTA AMOSTRA.

Aracaju, 21, maio, 2019

					
Dra. Mônica Lima de Araújo Médica Patologista - CRM 2179	Dra. Ana Carolina P. Colmão Médica Patologista - CRM 3366	Dr. Antônio Roberto de O. Samalho Médico Patologista - CRM 3904	Dr. Silvío Constantino Valle Médico Patologista - CRM 4491	Dra. Lúcia Meurer Médica Patologista - CRM 4969	Dr. Antônio Roberto de O. Samalho Médico Patologista - CRM 3904

IMPORTANTE: Este laudo é o resultado de uma análise interpretativa das imagens de radiologia e correlação com informações clínicas e laboratoriais fornecidas pelo médico solicitante. Não se trata de diagnóstico definitivo. Qualquer discordância deverá ser imediatamente comunicada ao médico patologista responsável, restrição de uso: este laudo não pode ser usado para fins de litigância ou para fins de avaliação de desempenho profissional. Este laudo não pode ser usado para fins de avaliação de desempenho profissional. Este laudo não pode ser usado para fins de avaliação de desempenho profissional.

Unidade I - Matriz: Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 1684 - São José | Tel: (79) 3224-1099

Unidade II - Centro de Saúde Dr. José Augusto Barrato, Sala 502 - São José | Unidade III - Centro Médico Jarama, Sala 705 - Jarama

p. 33 Unidade IV - Fundação São Lucas, Sala 202 - São José | CNPJ: 03.118.657/0001-46 | www.lapma.com.br

RELATÓRIO 0862 / 2019 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1905130115 / ESUS – SAMU

e - DOC 020000.16238 / 2019 - 8

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **03h50min** do dia **13 de Maio de 2019**, para atendimento de vítima identificada como **Michel Gonçalves Santos**, com relato de **queda de moto**, no município de Nossa Senhora do Socorro.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Socorro** realizou atendimento no local, e em seguida removeu para o **Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE** no município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 16 de Julho de 2019


Dra. Mary Ane Machado Tavares
MÉDICA
CRM 1720

 **Andréa Lenir Bastos Paiva Nery**

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE

NOME MICHEL GONCALVES SANTOS

LOC. DENASC: ARACAJU - SE

04/08/1987
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: MANOEL VIEIRA SANTOS

VERA LUCIA GONCALVES SANTOS

DOC. APRESENTADO: R.G. 33427070 SSP SE

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº 046, DE 18 DE MAIO DE 1993

R.G. 33427070

CPF: 031.241.395-50

LOCAL DA EMISSÃO: SRTE/SERGIPE
EMISSÃO: 04/07/2008

Assinatura do Titular

BRASILEIRO

QUALIFICAÇÃO CIVIL

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

/

/

PARA

/

/

DOCUMENTO

Assinatura e Carimbo do SSP/SE

NOME

DOCUMENTO

Assinatura e Carimbo do SSP/SE

NOME

DOCUMENTO

Assinatura e Carimbo do SSP/SE

NOME

DOCUMENTO

Assinatura e Carimbo do SSP/SE

1. E G E N D A

2. CASAMENTO 1. DIVÓRCIO 1. RECONHECIMENTO DE FIDELIDADE

3. CANCELAMENTO DE IDENTIDADE 4. CANCELAMENTO DE IDENTIDADE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

25/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

26/03/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos à CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10 do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art. 334, caput e § 3º do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências necessárias. Atente-se a Secretaria, quando do cumprimento deste expediente, a observação da suspensão dos prazos processuais e da realização de audiências até o dia 30/04/2020, conforme estabelecido na portaria nº 313 do CNJ, devendo remeter ao CEJUSC somente após o fim deste prazo, caso não haja prorrogação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600440 - Número Único: 0014510-47.2020.8.25.0001

Autor: MICHEL GONÇALVES SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

C l s .

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos à CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º CPC).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I do CPC).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do CPC (art. 335 do CPC).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º do CPC).

Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10 do CPC).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art. 334, caput e § 3º do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências necessárias.

Atente-se a Secretaria, quando do cumprimento deste expediente, a observação da

suspensão dos prazos processuais e da realização de audiências até o dia 30/04/2020, conforme estabelecido na portaria nº 313 do CNJ, devendo remeter ao CEJUSC somente após o fim deste prazo, caso não haja prorrogação.

Aracaju/SE, 26 de março de 2020.

Cl. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos à CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I do CPC). Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10 do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art. 334, caput e § 3º do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências necessárias. Atente-se a Secretaria, quando do cumprimento deste expediente, a observação da suspensão dos prazos processuais e da realização de audiências até o dia 30/04/2020, conforme estabelecido na portaria nº 313 do CNJ, devendo remeter ao CEJUSC somente após o fim deste prazo, caso não haja prorrogação.

Aracaju/SE, .



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 26/03/2020, às 10:41:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000659791-74**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

11/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, houve decurso de prazo da portaria Portaria 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Desta feita, faço os presentes autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

11/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

13/05/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600440 - Número Único: 0014510-47.2020.8.25.0001

Autor: MICHEL GONÇALVES SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

A Turma Recursal do Estado de Sergipe, por sua vez, editou o Enunciado 21, com a seguinte redação:

*ENUNCIADO 21. Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, **poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação**, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.*

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a **razoável duração do processo**, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois “*justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada*”.

A **manutenção do feito “suspense”** até o retorno pleno das atividades judiciárias (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos

processuais), a pretexto da realização da sessão de conciliação (no rito sumariíssimo) ou audiência preliminar de conciliação (no rito comum), **discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual**, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui “*tábula rasa*” das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, prestigiando o art. 2º da Lei 9.099/95 (e os princípios lá constantes, dentre eles o da simplicidade e da celeridade), consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC.

1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

Aracaju/SE, 12 de maio de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 13/05/2020, às 17:17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000898756-12**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

15/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, confeccionei mandado de citação de nº 202040601948.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600440

DATA:

17/05/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040601948 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



202040601948

PROCESSO: 202040600440 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0014510-47.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: MICHEL GONÇALVES SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: 1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20010000
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 17/05/2020, às 22:32:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000919190-91**.
